

Ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Serra Caiada – RN.

Ref.:

Tomada de Preços n.º 007/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 826.010/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada em construção civil para execução das obras/serviços de pavimentação a paralelepípedos pelo método convencional e drenagem superficial de trecho em via de acesso a comunidade rural de Macacos do Município de Serra Caiada/RN, conforme contrato de repasse 909258/2020.



GALDINO EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 18.735.376/0001-00, com sede e foro na Av. Dr. Luiz Carlos, N° 760, Sala 01 - Quinta do Farol - Assú/RN, representada por seu sócio-gerente o Sr. Francisco Roberto Galdino, inscrito no CPF/MF sob nº 938.586.204-91, devidamente representada por este que a subscreve, vem, respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar **RECURSO CONTRA DECISÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** no referido processo licitatório TP n.º 007/2021.

☎ 84 9.9670-9000 ☎ 84 9.9656-4823 ☎ 84 9.9924-9114

✉ rrsgaldino@gmail.com

📍 AV. DR. LUIZ CARLOS, 760 - SALA 01 - QUINTA DO FAROL - ASSÚ/RN

I – PREÂMBULO

A empresa **GALDINO EMPREENDIMENTOS EIRELLE - EPP**, atua no ramo da construção civil, executando com qualidade e celeridade as obras bem como prestando os serviços a qual é incumbida. No mais já atuamos em colaboração com diversas Prefeituras no Estado do Rio Grande do Norte, o que atesta o zelo e o compromisso da referida empresa.

Segue o resultado do Julgamento da Habilitação, em que consta o seguinte em relação a recorrente:

[...] GALDINO EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES EIRELLI – CNPJ: 18.735.376/0001-000, (análise setor contábil) não atendeu ao item 23.2 do edital, impossibilitando a análise de consistência da movimentação patrimonial nos dois períodos contábeis anteriores exigíveis, não atendendo ao dever estabelecido no Art. 1.188 do Código Civil; (análise setor de engenharia) não atendeu ao item 28.2.2.1 do edital, por apresentar contrato de prestação de serviço sem registro.

Extraímos que os respectivos setores contábeis e de engenharia apontaram impropriedades na documentação apresentada pela empresa recorrente o que passamos a contrapor.

II – DA ANÁLISE CONTÁBIL – MOVIMENTAÇÃO PATRIMONIAL - DLPA

A CPL apontou como impropriedade o suposto não atendimento ao item 23.2 do Edital, o que impediria a análise de consistência da movimentação patrimonial nos dois períodos contábeis anteriores exigíveis, o que afrontaria o Art. 1.188 do Código Civil.

Primeiro vejamos o que diz o citado Artigo:

Art. 1.188. O balanço patrimonial deverá exprimir, com fidelidade e clareza, a situação real da empresa e, atendidas as peculiaridades desta, bem como as disposições das leis especiais, indicará, distintamente, o ativo e o passivo.

Cabe destacar que tal previsão destinada as empresas de forma em geral, desde o surgimento do microsistema legal das micro e pequenas empresas precisa ser sopesado para não exigir de empresas pequenas as mesmas obrigatoriedades das grandes. Aliás, desta forma temos duas legislações conflitantes, uma que trata genericamente e surgida em 2002 e outra específica e com novos delineamentos advindos a partir de 2006 – Lei Complementar 123/2006 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. O surgimento deste microsistema legal surge justamente para trazer isonomia e desburocratizar as absurdas exigências legais insculpidas no genérico código civil, que destinou delineamentos as empresas e sociedades empresariais mas esqueceu do micro e do pequeno.

Em assim sendo, a análise de documentação da situação financeira de micro e pequenas empresas não pode desconsiderar as especificidades e o intuito de facilitar os tramites e procedimentos específicos destinados as micro e pequenas empresas.

Neste sentido o próprio Conselho Federal de Contabilidade aponta a não obrigatoriedade bem como a permissividade da apresentação da demonstração de resultado, *in verbis*:

Demonstrações contábeis

26. A entidade deve elaborar o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e as Notas Explicativas ao final de cada exercício social. Quando houver necessidade, a entidade deve elaborá-los em períodos intermediários.

27. A elaboração do conjunto completo das Demonstrações Contábeis, incluindo além das previstas no item 26, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Resultado Abrangente e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, **apesar de não serem obrigatórias para as entidades alcançadas por esta Interpretação**, é estimulada pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Em complementaridade, temos a NBCTG 1000(R1):

3.18 Se as únicas alterações no patrimônio líquido durante os períodos para os quais as demonstrações contábeis são apresentadas derivarem do resultado, de distribuição de lucro, de correção de erros de períodos anteriores e de mudanças de políticas contábeis, **a entidade pode apresentar uma única demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados no lugar da demonstração do resultado abrangente e da demonstração das mutações do patrimônio líquido** (ver o item 6.4).

☎ 84 9.9670-9000 ☎ 84 9.9656-4823 ☎ 84 9.9924-9114

✉ rrsgaldino@gmail.com

📍 AV. DR. LUIZ CARLOS, 760 - SALA 01 - QUINTA DO FAROL - ASSÚ/RN

3.19 Se a entidade não possui nenhum item de outro resultado abrangente em nenhum dos períodos para os quais as demonstrações contábeis são apresentadas, ela pode apresentar apenas a demonstração do resultado.

O Setor Contábil da PMSC, alegou que a empresa não apresentou a DMPL – Demonstrativo mutações do patrimônio líquido, no entanto a empresa apresentou a DLPA – Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, que possui natureza semelhante e permite o comparativo dos últimos dois anos.

Ressalto ainda que, a DLPA substitui a outra, além do que não ser obrigatório pelas entidades alcançadas pela citada Resolução do CFC, podendo apresentar uma mera demonstração de resultado.

Portanto, a documentação apresentada supre as exigências do Setor Contábil, a fim de possibilitar a análise da movimentação patrimonial e não pode ser obstáculo para a habilitação da Recorrente nos demais atos do certame.

III – DAS QUESTÕES DE ENGENHARIA – VISTORIA DO LOCAL – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

O Setor de Engenharia da PMSC apontou a seguinte situação para inabilitar a Recorrente:

i) contrato de prestação de serviço sem registro.

A empresa recorrente quando da sua habilitação apresentou o respectivo contrato de prestação de serviço firmado junto ao Sr. TEVENILSON LAERTE DE MEDEIROS GALDINO, CPF n.º 079.610.714-90 e C.I. n.º 002.003.689 expedida pelo ITEP/RN, conforme documentação que apresentamos em anexo, com período expresso de vinculação de 17/04/2018 a 17/04/2022.

Como também podemos observar temos em anexo a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART Cargo-Função de n.º RN20180190082, em que consta referencia expressa a Recorrente como contratante do citado profissional.

Portanto, a empresa possui profissional devidamente vinculado a empresa, desde o ano de 2018 e com vínculo até abril de 2022, estando devidamente regularizado junto a entidade de classe do referido profissional, sendo que a Certidão da empresa junto ao CREA em que consta o citado profissional como responsável técnico.

Em assim sendo, entendo superado o motivo alegado pelo setor de engenharia para inabilitar a recorrente a participar dos demais atos do certame.

O artigo § 1º do 3º da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 preconiza que:

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;(grifo nosso)

Como podemos notar do inc. I do § 1º do art. 3º da Lei nº 8.666/93, a norma é bastante abrangente em seu dispositivo, usando nada mais que sete verbos, no infinitivo (admitir, prever, incluir, tolerar, comprometer, restringir e frustrar), para coibir quaisquer atividades que tenham por meta direta ou indireta afetar o caráter competitivo do certame licitatório. Em espeque temos a análise contábil utilizada como parâmetro de inabilitação o que configura uma restrição ao caráter competitivo da licitação.

O § 1.º abriga proibição expressa ao Administrador de prever ou tolerar, nos editais, cláusulas ou condições que de qualquer forma comprometam o caráter competitivo do certame. Toshio Mukai extrai dessa disposição o princípio da competitividade que:

“Tão essencial na matéria que, se num procedimento licitatório, por obra de conluio, faltar a competição (ou oposição) entre os concorrentes, falecerá a própria licitação, inexistirá o instituto mesmo”. (Cf. **O Estatuto Jurídico das Licitações e Contratos Administrativos**, Ed. Saraiva, SP, 1998, p. 16).

Ora, deve o procedimento possibilitar a disputa e o confronto entre os licitantes, para que a seleção aperfeiçoe-se da melhor forma possível, o que se traduz na seleção mais vantajosa para a Administração Pública.

“Fácil é verificar que, sem a competição, estaria comprometido o próprio princípio da igualdade, já que alguns se beneficiariam à custa do prejuízo de outros”, como bem anota José dos Santos Carvalho Filho CARVALHO FILHO, 2010, p. 227-228.

Mister faz-se ponderar que a disputa apresenta-se como fundamental ao procedimento licitatório, sendo que a restrição a de competitividade acarreta a revogação de qualquer certame convocatório. Neste sentido, quadra trazer a lume o entendimento cristalizado pelo Superior Tribunal de Justiça, no que concerne ao tema, consoante é extraído do aresto coligido:

Ementa: Recurso Ordinário em Mandado de Segurança. Administrativo. Licitação. Modalidade de pregão eletrônico. Revogação. Ausência de competitividade. Possibilidade. Devido processo legal. Observância. Recurso desprovido. [...] 5. A revogação do certame é ato administrativo, exigindo, portanto, a devida fundamentação e motivação (justo motivo para seu desfazimento), assim como o cumprimento das disposições legais. 6. O art. 49 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos prevê a possibilidade de revogação do procedimento licitatório, em caso de interesse público, "decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta". Por sua vez, o art. 18, caput, do Decreto 3.555/2000, o qual regulamenta a modalidade de licitação denominada pregão, dispõe que "a autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado". 7. No caso em exame, o Governador do Estado do Paraná revogou o pregão eletrônico, de forma fundamentada e com supedâneo nos referidos dispositivos legais e em parecer da Assessoria Jurídica da Casa Civil, entendendo pela ausência de competitividade no certame, na medida em que houve a participação efetiva de apenas uma empresa, o que impossibilitou a Administração Pública de analisar a melhor oferta e dar cumprimento ao princípio da proposta mais vantajosa. 8. A participação de um único licitante no procedimento licitatório configura falta de competitividade, o que autoriza a revogação do certame. Isso, porque uma das finalidades da licitação é a obtenção da melhor proposta, com mais vantagens e prestações menos onerosas para a Administração, em uma relação de custo-benefício, de modo que deve ser garantida, para tanto, a participação do maior número de competidores possíveis. 9. "Falta de competitividade que se vislumbra pela só participação de duas empresas, com ofertas em valor bem aproximado ao limite máximo estabelecido" (RMS 23.402/PR, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJe de 2.4.2008). [...] 11. Recurso ordinário desprovido. (Superior Tribunal de Justiça – Primeira Turma/ RMS 23.360/PR/ Relatora: Ministra Denise Arruda/ Julgado em 17.12.2008).

Neste sentido citamos deliberação do TCU:

Observe rigorosamente as disposições contidas no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988 c/c o art. 3º da Lei 8.666/1993, obedecendo aos princípios constitucionais da publicidade, da igualdade, da isonomia e da impessoalidade, de modo **a impedir restrições à competitividade.** (grifo nosso)

Importante também recordar que o art. 83 da Lei 8.666 estabelece que:

“Os crimes definidos nesta Lei, ainda que simplesmente tentados, sujeitam os seus autores, quando servidores públicos, além das sanções penais, à perda do cargo, emprego, função ou mandato eletivo”.

Pelo Princípio da Vantajosidade e Economicidade, presume-se como sendo prerrogativa da Administração Pública a congregação do maior número possível de concorrentes, viabilizando agregar preço e qualidade aos serviços, como aspectos que interagem e se complementam, promovendo, desta forma, maior competitividade entre os participantes e opções para o órgão licitante em adequar suas possibilidades e necessidades junto ao serviço licitado.

Nesse ínterim, faz-se mister assinalar que o legislador, mediante o artigo 3º, § 1º, inc. I, da Lei nº 8.666/93, prescreve, também, a observância do princípio da competitividade, por considerá-lo, sem dúvida, essencial em certames da espécie de que se cogita, porquanto se faltar a competição entre os que deles participam, a própria licitação perderá sua razão de ser, que é a de conseguir para o Poder Público a proposta que lhe seja mais vantajosa.

Assim, qualquer exigência no edital deve ser aplicada em conformidade com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, inerentes à Administração Pública, buscando seu único fim, qual seja, a participação ampla das interessadas nos processos licitatórios promovidos pela Administração Pública, e não restringir esta participação. Afinal, somente desta forma estar-se-á assegurando uma conduta justa e ilibada da Administração na prática de seus atos.

IV - DA EMPRESA HABILITADA

Apesar do extremo apego ao formalismo em relação a recorrente e com as demais empresas inabilitadas temos uma incúria em relação a empresa PLANO A SERVIÇOS – EIRELLI CNPJ: 23.249.596/0001-63.

Enquanto a Recorrente apresentou contrato de prestação de serviço e Certidão que vincula o mesmo profissional como responsável técnico da empresa para obras e serviços de engenharia temos que a empresa habilitada apresenta Contrato do Profissional lavrado por sócio-proprietário que não faz mais parte do quadro da empresa e que, portanto, não pode mais responder por atos da empresa habilitada.

Em razão disso, em conformidade com a postura adotada por essa CPL em relação as demais empresas participantes do certame temos que a referida empresa deve ser julgada inabilitada a prosseguir no certame como medida de lisura, isonomia e respeito aos termos do Edital.

V – DOS PEDIDOS

Em face de todo o exposto, requer-se que seja recebido o presente recurso, conhecido e ao final que seja reformada a decisão que inabilitou a Requerente, julgando o presente recurso procedente para habilitar a Requerente a continuar nas fases posteriores do presente certame licitatório.

Nestes Termos, Espera Deferimento.

Assú-RN, 23 de novembro de 2021.

José Rodrigo Lopes Galdino
Sócio Gerente
CPF nº 018.156.664-80

☎ 84 9.9670-9000 ☎ 84 9.9656-4823 ☎ 84 9.9924-9114

✉ rrsgaldino@gmail.com

📍 AV. DR. LUIZ CARLOS, 760 - SALA 01 - QUINTA DO FAROL - ASSÚ/RN